

VIRGINIA MARIA VEIGA DE SENNA	73	193	16	282	0
CÉLIA REGINA CAMACHI STANDER ³	26	72	4	90	12
ADRIANA SILVEIRA MACHADO ⁴	48	22	3	73	0
DANIELA DE MORAIS DO MONTE VARANDAS	106	175	20	287	14
GLAUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA	133	173	13	301	18
SORAYA TABEL SOUTO MAIOR ⁵	214	56	8	71	207
IZABEL CHRISTINA BAPTISTA QUEIROZ RAMOS	71	171	3	245	0
JANINE MILBRATZ FIOROT ⁶	53	173	5	105	126
TOTAL	1727	1523	125	2590	785

Observação: Última distribuição - 14/12/2020 - segunda-feira.

- 1 - Férias 30/11 a 18/12/2020;
 - 2 - Férias 2 a 11/12/2020;
 - 3 - Licença médica 20/11 a 11/12/2020;
 - 4 - Férias 9 a 18/12/2020;
 - 5 - Férias 23/11 a 2/12/2020; e
 - 6 - Licença médica 27/11 a 4/12/2020.
- II - SITUAÇÃO

Entrada de procedimentos no mês	1508
Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês	1524
Total de procedimentos deliberados no mês	2447
Procedimentos em diligência na Secretaria	312

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2020.
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Subprocuradora-Geral do Trabalho
Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA MPU Nº 1.315, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando que apresentada denúncia em face de WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 35.820.448/0063-39, localizada na Estrada Federal, BR 116, 865, Km 19, Bairro Colonial, Sapucaia do Sul/RS, relatando possíveis irregularidades relativas à realização de plantões, com possível repercussão nos atributos de jornadas extraordinárias em desacordo com a lei, falta da concessão do intervalo interjornada e descanso semanal, que a prática denunciada, em tese, dentre outros, pode violar disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, incisos XIII e XV, e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), em seus artigos 59, 66 e 67; que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal; que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93; a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 35.820.448/0063-39, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 003455.2020.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO Nº 155, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 3º quadrimestre fiscal do exercício financeiro de 2020.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, por ato ad referendum de seu Presidente, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados referente ao 3º quadrimestre fiscal do exercício financeiro de 2020, na forma dos anexos.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA
Presidente

ANEXOS

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Janeiro/2020 a Dezembro/2020)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	471.557.960,20	372.224.824,60	381.760.240,23	376.534.962,60	372.713.594,05	402.103.696,53	372.448.207,15	372.100.718,03	374.717.173,92	373.663.744,44	373.439.361,34	615.795.984,61	4.859.060.467,70	0,00
Pessoal Ativo	265.719.390,86	222.843.914,64	232.812.599,97	226.663.478,48	223.063.094,71	253.190.818,75	223.759.202,01	223.784.080,28	226.450.047,38	225.416.154,86	225.542.474,82	384.565.246,09	2.933.810.502,85	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	231.515.768,84	188.890.753,64	191.762.458,69	186.184.648,54	182.738.077,58	212.833.452,04	183.555.765,81	183.471.705,29	185.969.139,25	184.934.279,74	185.124.150,50	304.471.303,01	2.421.451.502,93	0,00
Obrigações Patronais	34.203.622,02	33.953.161,00	41.050.141,28	40.478.829,94	40.325.017,13	40.357.366,71	40.203.436,20	40.312.374,99	40.480.908,13	40.481.875,12	40.418.324,32	80.093.943,08	512.358.999,92	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	205.838.569,34	149.380.909,96	148.947.640,26	149.871.484,12	149.650.499,34	148.912.877,78	148.689.005,14	148.316.637,75	148.267.126,54	148.247.589,58	147.896.886,52	231.230.738,52	1.925.249.964,85	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	165.574.963,61	119.501.055,65	118.914.474,79	119.367.375,47	119.425.050,28	118.783.064,20	118.691.230,70	118.142.327,67	117.777.674,35	118.057.718,64	117.539.120,01	185.127.313,71	1.536.901.369,08	0,00
Pensões	40.263.605,73	29.879.854,31	30.033.165,47	30.504.108,65	30.225.449,06	30.129.813,58	29.997.774,44	30.174.310,08	30.489.452,19	30.189.870,94	30.357.766,51	46.103.424,81	388.348.595,77	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	74.872.482,92	73.028.904,01	67.711.853,59	74.369.395,34	72.921.262,09	73.166.661,11	74.339.226,31	24.307.249,33	4.020.501,01	2.303.069,61	1.169.859,02	3.122.542,96	545.333.007,30	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	1.005.707,46	1.244.277,26	1.454.491,23	602.419,43	1.037.963,36	2.445.560,97	1.617.709,88	4.055.872,15	1.982.236,80	846.634,19	2.674.552,73	18.967.425,46	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.773.576,91	-6.158,82	250.731,71	1.010.704,51	428.504,95	272.337,19	121.398,18	305.813,48	-35.371,14	320.832,81	323.224,83	447.990,23	6.213.584,84	0,00



Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	72.098.906,01	72.029.355,37	66.216.844,62	71.904.199,60	71.890.337,71	71.856.360,56	71.772.267,16	22.383.725,97	0,00	0,00	0,00	0,00	520.151.997,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	396.685.477,28	299.195.920,59	314.048.386,64	302.165.567,26	299.792.331,96	328.937.035,42	298.108.980,84	347.793.468,70	370.696.672,91	371.360.674,83	372.269.502,32	612.673.441,65	4.313.727.460,40	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												651.943.266.000,00	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)												4.313.727.460,40	0,661672	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)												7.888.513.518,60	1,210000	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)												7.494.087.842,67	1,149500	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)												7.099.662.166,74	1,089000	

FONTE: SIAFI, MF/STN, 11/jan/2021, 10:00 hs.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

MARCOS VINICIUS FERRARI
Secretário de Controle Interno
Substituto

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Substituto

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

MGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					Demais Obrigações Financeiras
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))	(g)	(h)	(i)=(f-g)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	829.504.800,49	390.801,82	138.550,14	9.891,77	3.789.672,98	825.175.883,78	4.899.027,71	-	820.276.856,07
50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	452.671.581,47	-	-	2.030,00	-	452.669.551,47	8.779,60	-	452.660.771,87
51 - Recursos Livres da Seguridade Social	32.287.248,31	-	4.679,00	-	43.774,80	32.238.794,51	3.172.680,20	-	29.066.114,31
63 - Rec Prop Decor Alien Bens e Dir do Patr Público	1.385.381,50	-	-	-	-	1.385.381,50	-	-	1.385.381,50
80 - Recursos Financeiros Diret. Arrecadados	339.414.691,03	390.801,82	133.871,14	7.861,77	-	338.882.156,30	1.717.567,91	-	337.164.588,39
90 - Recursos Diversos	3.745.898,18	-	-	-	3.745.898,18	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	640.934.830,23	1.530.992,24	1.961.206,66	12.022.435,79	191.813,69	625.228.381,85	100.889.443,36	-	524.338.938,49
00 - Recursos Ordinários	640.934.830,23	1.530.992,24	1.961.206,66	12.022.435,79	191.813,69	625.228.381,85	100.889.443,36	-	524.338.938,49
TOTAL (III) = (I + II)	1.470.439.630,72	1.921.794,06	2.099.756,80	12.032.327,56	3.981.486,67	1.450.404.265,63	105.788.471,07	-	1.344.615.794,56

FONTE: Tesouro Gerencial, Coordenação de Contabilidade, 11/jan/2021, 10h30.

Notas:

- 1) Elaborado com base no Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria nº 286, de 7 de maio de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 2) O detalhamento por fonte de recursos observou a orientação contida no item 4.2 do Manual SIAFI - Macrofunção 021301.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

MARCOS VINICIUS FERRARI
Secretário de Controle Interno
Substituto

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Substituto

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	651.943.266.000,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.313.727.460,40	0,661672%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <1,210000%>	9.014.284.692,60	1,382679%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,149500%>	8.563.570.457,97	1,313545%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <1,089000%>	8.112.856.223,34	1,244411%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	105.788.471,07	1.344.615.794,56

Fonte: Tesouro Gerencial, Coordenação de Contabilidade, 11/jan/2020, 10h30.

Notas:

- 1) Elaborado com base no Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria nº 286, de 7 de maio de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 2) O detalhamento por fonte de recursos observou a orientação contida no item 4.2 do Manual SIAFI - Macrofunção 021301.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

MARCOS VINICIUS FERRARI
Secretário de Controle Interno
Substituto

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Substituto